

Presidente General Ernesto Geisel (*)

A 12 de setembro de 1996 faleceu, no Rio de Janeiro, o ex-Presidente Ernesto Geisel.

Em memória do grande brasileiro, proponho a aprovação de um voto de pesar, a ser apresentado à viúva, Da. Lucy Geisel, e à filha do casal Sta. Amália Lucy, pelo desaparecimento daquele que tantos serviços prestou ao Brasil, como militar e como cidadão.

Ernesto Geisel, aos 13 anos, ingressou no Colégio Militar do Rio Grande do Sul, de onde, findo o curso, seguiu para a Escola Militar do Rio de Janeiro. Declarado aspirante a oficial da Arma de Artilharia, em 1928, galgou com brilhantismo todos os postos de hierarquia militar, de tenente a coronel, exercendo cargos de relevo, no Brasil e no Uruguai, onde desempenhou as funções de Adido Militar. Foi secretário-geral do Conselho de Segurança. Serviu no Estado-Maior das Forças Armadas e cursou a Escola Superior de Guerra. Foi subchefe do Gabinete Militar do Governo Café Filho e comandou o Regimento Escola de Artilharia. Começa, daí, sua aproximação com o problema do petróleo: inicialmente na Refinaria de Cubatão e, depois, no Conselho Nacional do Petróleo. Foi General Comandante Militar de Brasília, cargo que exercia quando da renúncia do Presidente Jânio Quadros. Na Revolução de Março de 1964, foi escolhido para chefiar o Gabinete Militar do Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco que o promoveu a General de Divisão e o nomeou Ministro do Superior Tribunal Militar. Assumiria, mais tarde, a Presidência da Petrobrás.

A 13 de março de 1974, depois de eleição indireta pelo Colégio Eleitoral, derrotando Ulisses Guimarães e Barbosa Lima So-

(*) Palavras do Presidente Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira na sessão do Instituto do Ceará realizada no dia 20.9.1996.

brinho, toma posse na Presidência da República. Define sua plataforma de governo que se baseia na intenção de uma “distensão lenta, gradual e segura”. Reconhece o governo português e reata as relações diplomáticas com a China e Moçambique. Manifesta-se contra o “Apartheid” na África do Sul, reconhece o Governo de Angola. Cancela acordos militares com os Estados Unidos, inclusive o em que aquela Nação participava do mapeamento aéreo do território brasileiro. Acaba com a prisão perpétua, o banimento e a pena de morte; restabelece o *habeas corpus* e os direitos políticos dos “cassados” pela Revolução. Persiste na Abertura, com segurança e, para tanto, volta a tomar medidas repressivas temporárias e limitar a propaganda política (Lei Falcão). Prossegue sua ação governamental com o estabelecimento dos contratos de risco da Petrobrás, a assinatura do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha para o enriquecimento do urânio e a construção de usinas nucleares. Inicia a construção da Hidrelétrica Binacional de Itaipu.

Acaba fechando o Congresso Nacional, por breve período (14 dias), a fim de aprovar a Reforma do Poder Judiciário. Por várias vezes teve que agir com energia, a fim de não se afastar de seu objetivo maior, como ocorreu na demissão de um Comando Militar e na de seu Ministro do Exército. Com a escolha de seu sucessor, encerrou, praticamente, a abertura política, extinguindo, o Presidente Geisel, o Ato Institucional n.º 5. A 15 de março de 1979 passou a Faixa Presidencial a seu sucessor.

Ao Presidente Ernesto Geisel, e a mais ninguém, se deve a responsabilidade pelo início da redemocratização do País.